

EM TORNO DO III CONGRESSO
DO PAICV

*Para o
leitorado
Município de São
Paulo - fotocópias.*

Publicou-se no VOZ DE POVO o texto resumido do relatório da Comissão Nacional que em nome do Partido único foi lido aos congressistas pelo seu secretário-geral. E no dia do encerramento do Congresso a Rádio Nacional divulgou algumas das resoluções adoptadas. Creio que é bastante para eu poder emitir uma opinião de fundo definitiva sobre alguns dos resultados fundamentais a que se chegou.

I. Devo sublinhar antes de mais que eram previsíveis os maus resultados do Congresso, que aliás não podia trazer, como não trouxe, nenhuma novidade. Já se vinha efectivamente falando e escrevendo sobre o aumento da extroversão, e creio até que houve antes do Congresso contactos ou negociações com os chamados parceiros para o desenvolvimento (leia-se crescimento!), já tinha corrido alguma tinta sobre o papel de entreposto reservado a Cabo Verde. Também se vinha falando muito da chamada vocação geo-estratégica do país, bem como do papel dirigente do Partido único. A opinião pública estava já condicionada pela propaganda. E por isso sabia-se de antemão os resultados do III Congresso. Vem a propósito esclarecer que depois de um segundo exílio de onze anos regresssei a Cabo Verde em Março de 1986. De então para cá, fui-me convencendo que do Partido único só mudara a sigla. Não houve com efeito qualquer mudança na atitude política da equipa que desde 1975 vem dirigindo Cabo Verde. Como nos bons velhos tempos da união forçada, a mesma equipa pretende ainda conservar para si o monopólio da verdade e das soluções para os problemas nacionais. Ela não tirou nenhuma lição da sua fracassada nação guineense-caboverdeana. Aconteceu até ter-se tornado, de repente, mais caboverdeana que os que na época colonial combateram com a palavra escrita essa união forçada. E como reflexo do desaire sofrido em 1980 não se apagou do seu espírito os sintomas de um certo chovinismo que a História nos legou. Pelo ~~conjunto~~ conjunto dessas razões foi ilusório o debate ou abertura havidos durante o período que precedeu a realiza-

ção do Congresso e em que eu próprio fui convidado a ler na Rádio nacional uma minha Carta aberta ao PAICV. A verdade gritante é que o Partido único, os seus dirigentes e apoiantes veem Cabo Verde como "coisa" sua, o que significa que enquanto o Partido único conservar e peder, qualquer diálogo estará viciado, não poderá haver um clima favorável ao exercício da liberdade de expressão ou opinião, nem democracia "participativa" nenhuma. Artigos enviados ao VOS DI POVO são pura e simplesmente metidos na gaveta. Dizia-se há meses um dos nossos primeiros poetas anti-colonialistas - Ovídio Martins - que ele seria forçado a criar um jornal para enfim ver publicado um artigo seu.

Quem usa bem da sua liberdade de expressão na Rádio nacional, por exemplo, vê logo minimizado o alcance da sua opinião se for contrária ao que se chama aqui a ideologia nacional, e com expressões de intolerância, indiferença ou semagogia. Foi o que aconteceu durante o "debate" havido na Rádio entre o Dr. José Mamel Pinto Monteiro e três militantes do Partido único. Enfim, a mentalidade autoritária predominante neles ressalta no caso de um grupo de finalistas a que há dois anos pertencia uma das minhas filhas, que em protesto contra uma professora deficiente foram recebidos pelo Ministro da Educação que, antes de os ameaçar com represálias se o movimento viesse para a rua, lhes "lambrou" que era ele e não os alunos que nomeava os professores... Numa atmosfera dessas é pura ficção a chamada democracia participativa!

2. Numa das resoluções tornada pública através da Rádio mantém-se, é claro, o sistema do Partido único que saiu reforçado do III Congresso. O carácter totalitário ^{antes} para não dizer totalitário do Partido não deixa dúvidas a ninguém, pois com os seus tentáculos sufoca todas as organizações de massas: sindicatos, organizações de jovens e mulheres, cooperativas e até o próprio Estado das classes dominantes economicamente. Isto significa que continuará em vigor o artº 4º da Constituição da República que considera solenemente o Partido único como força política dirigente da sociedade e do Estado. De inspiração soviética, esse artigo é quase uma cópia do artº 6º da Constituição da URSS, de 1977. Não obstante, os militantes do Partido único acusam os seus opositores de veicularem ideias ocidentais estereotipadas. Foi o que aconteceu no "debate" já referido. Nur a sociedade desde a sua formação estratificada em classes antagónicas e com correntes políticas diversas em gostação, incompatíveis entre si, não tem cabimento o sistema do Partido único. É uma proeza só de anjos a construção de um partido capaz de har

monizar e seu zelo os interesses de classe das classes existentes em Cabo Verde. Aqui, as condições estão amadurecidas, pois, para a implantação do sistema multipartidário. E haverá certamente espaço para uma Frente para o Desenvolvimento integrando todos os partidos, incluindo o ora Partido Único.

3. Ainda no concernente ao sistema político, uma das resoluções tornada pública referiu-se à descentralização de poder, ao poder local e à desconcentração de competências. Silenciou-se, porém, o chamado bairrismo que grassa em algumas das nossas ilhas, mais precisamente na Praia/Assomada e no Mindelo, e que na ilha de S. Vicente é já um problema político que se não pode escamotear. Há nele aspectos económicos evidentes, mas tal como os "icebergs" são eles a parte visível da nação inacabada que nós somos. Subjacente, porém, está a dimensão política do problema que se agravou após a independência por não terem sido resolvidas na oportunidade devida, e a todos os níveis, as contradições surgidas na época colonial entre os habitantes do Mindelo e os da capital. É certo que globalmente, e do ponto de vista cultural como étnico, um mesmo povo ocupa todas as ilhas do nosso território nacional - arquipélago. Mas factores diversos, entre os quais a fragmentação do território nacional e a escassa comunicação (e meios de transporte!) entre ilhas na época colonial deram origem a certas particularismos no domínio cultural e linguístico. S. Vicente, por exemplo, distingue-se das demais, nomeadamente da população de Santiago. E os mindelenses são disso muito ciosos, o que em muitos deles se manifesta com matiz racista em relação aos santiaguenses (ou "badius"!). Ora a crescente pobreza daquela ilha e a perda de uma parte da sua importância cultural em benefício da capital do Estado, veio dinamizar, agravando-o, o outrora chamado bairrismo, que empunha os mindelenses aos santiaguenses e vice-versa. Por isso é que em meu entender as manifestações colectivas de contestação registadas no Mindelo e ano passado tiveram um cariz acentuado de oposição ao próprio regime político do Estado visto serem contra os excessos de um dos seus pilares, a saber: a P. S. O. P. Pelo conjunto dessas razões, e ainda pela maneira de ser dos mindelenses que me não é estranha, é de se prever que eles nunca suportarão indefinidamente a crescente importância política da capital e de Santiago. Ouso, por conseguinte, afirmar que o problema em questão, se é evidente que comporta aspectos económicos e administrativos, a verdade é que ele é essencialmente político. E mais, ele já se tornou, está a tornar-se ou pode-

rá tornar-se explosivo. Essa é a percepção que como político, sempre interessado na unidade nacional caboverdeana, tenho da situação. Assim sendo, creio não me enganar afirmando que a sua solução não está na descentralização do poder nem na desconcentração de competências. Trata-se de um problema que só se resolve radicalmente pela autonomia política no quadro do Estado nacional em construção. Não passarão de paliativos a retardar a explosão, as soluções preconizadas.

4. Quanto à política económica de acentuação da extroversão, só vista superficialmente é que se poderá encontrar nela semelhanças com países como a URSS e a R. Popular da China ou Cuba que haviam rompido com o sistema mundial do capitalismo. Quem conheça a História de cada um desses países sabe que a comparação não se funda em factos objectivos. Noutro documento já manifestei a minha inquietação quanto às opções do Partido único no sentido de tirar partido da chamada nossa vocação geo-estratégica. Guardadas as proporções, esta descoberta já tinha sido feita pelo Primeiro-Ministro Salazar quando num discurso proferido na segunda metade da década de 50 considerava fantasiosas as ideias dos que porventura viessem a defender a independência de Cabo Verde.

No quadro da extroversão vai-se procurar capitais para serem investidos em indústrias viradas para a exportação. Num país carente em matérias-primas! O Partido único faz-se eco dos interesses e aspirações das classes possidentes e dominantes na sociedade, que estão tão ávidas em criar unidades industriais para exportação. São classes privilegiadas cujos membros desperdiçam seu poder de compra na aquisição de produtos de luxo. A política económica definida pelo Congresso conduzirá o país a um círculo vicioso que lhe é prejudicial: exportação para mercados pouco seguros a fim de obter divisas; depois, aquisição de bens de luxo para essa nossa burguesia esqualética e, quando faltar a ajuda alimentar, aquisição de géneros alimentícios. Essa inserção reforçada da débil economia caboverdeana na desigual divisão internacional do trabalho, para além de não beneficiar as amplas massas populares em crescimento demográfico, poderá mesmo atentar contra a soberania nacional. Com efeito, não se coaduna com a salvaguarda da soberania do país nem com uma diplomacia independente o abandono de partes do nosso território a empresas multinacionais (de turismo ou radiodifusão), a criação de zonas francas...

Para que me não seja lançada a acusação de estar a fazer crítica destrutiva, devo acrescentar que em meu entender a reorientação

da nossa economia devia fazer-se na base das matérias-primas aqui existentes e de outras importadas, mas virada fundamentalmente para o consumo interno das amplas massas. Deprago, sim, de capital estrangeiro nas condições acordadas, aumento da produção agrícola a fim de diminuir, antes de anular, a nossa triste dependência alimentar do exterior. Não se tem concentrado toda a atenção e energia no crescimento da nossa agricultura. Quando chove, como aconteceu nos dois anos passados e ainda este ano, grande quantidade de água em todas as ilhas continua a desperdiçar-se no mar... Não sequer a Reforma Agrária, insuficiente, passou em muitos concelhos de papel. Por outro lado, penso que no domínio económico e relacionamento com os nossos vizinhos imediatos, incluindo antes de mais, o Senegal - de há muito deveria ter sido prioritário. Os PALOPS estão distantes! Todavia, só nos últimos meses é que se descobriu a existência do Senegal onde vivem dezenas de milhares dos nossos emigrantes laboriosos e seus descendentes.

5. Tem sido importante o papel dos emigrantes na luta contra a pobreza e pela sobrevivência. É o que está patente por todo o lado nesta ilha de Santiago e nas outras. Nas alfândegas acumulam-se mercadorias diversas, no campo as mulheres apresentam-se impecavelmente vestidas, sobretudo aos domingos, e não faltam divisas aos seus familiares. Todavia, em comparação com o esforço por elas desenvolvido pouco se tem feito para a sua futura reintegração no país. Esquece-se que a emigração foi uma solução de emergência. Conviria, pois, vencendo ideias feitas, proceder-se à elaboração de uma política e planos de reinserção progressiva dos emigrantes desejosos de regressar ou que eventualmente venham a ser constrangidos ao regresso.

Em conclusão, pelo que já me foi dado ler e ouvir é minha convicção que os senhores congressistas, ao elaborarem as "suas" resoluções, não se inspiraram nos interesses nacionais da Cabo Verde que confundiram com os das classes possidentes e partidário-estatal. Só me resta aguardar a publicação da resolução sobre a cultura, a língua e o ensino.

*Não fazer
não lotocimas
José André Leitão da Graça*

Fraia, 1 de Dezembro de 1968.